

ESTRATÉGIAS DE COMPETITIVIDADE

Rubens Antônio Barbosa
Embaixador do Brasil em Washington

QUADRO GERAL:

Desde o início do capitalismo moderno, depois da Segunda Guerra mundial, o mundo não é mais regido pelas guerras de conquista ou pela ocupação militar de territórios, mas sim pela competição econômica, pela disputa de espaços de crescimento, pelo fortalecimento da base tecnológica das economias nacionais.

Esses fatores representaram, sem dúvida, acréscimos de bem estar e de prosperidade – mas também poderio militar, vale lembrar – para aqueles países e economias que lograram obter, e manter, altas taxas – sustentáveis – de crescimento econômico.

O crescimento contribui para a melhoria do desempenho econômico nacional, algo que só pode ser medido, justamente, na comparação com outras economias, que terão maior ou menor desempenho relativo.

Os processos paralelos de convergência ou de divergência na economia mundial – que explicam porque alguns países são tão ricos e outros tão pobres – são fenômenos basicamente derivados dos diferenciais de desempenho das economias nacionais.

Quando o Brasil crescia a altas taxas, nos anos 70 do século passado, nosso produto nacional e nossa renda aproximaram-se do PIB e da renda per capita dos Estados Unidos, diminuindo portanto a distância entre nós. Mas, bastaram duas décadas de baixo crescimento no Brasil, ou de relativa estagnação de nossa renda per capita, ao lado de um grande dinamismo da economia americana, para que essa distância aumentasse novamente, para nossa grande frustração.

A globalização da economia e das finanças significa um mundo cada vez mais competitivo e cada vez mais criador de novas oportunidades, mas também destruidor de empregos em indústrias e serviços pouco competitivos.

A globalização não confronta países, mas essencialmente empresas. São elas que competem entre si, e são basicamente as empresas que são responsáveis pelo desempenho econômico dos países.

O desempenho econômico é medido essencialmente pela produtividade das economias e esta se traduz, obviamente, em competitividade no plano do comércio internacional e no do intercâmbio tecnológico.

O comércio exterior é, como todos sabem, um poderoso fator de crescimento, de modernização tecnológica, de aumento de renda e de transferência de know-how.

O Brasil, infelizmente, ainda tem uma parte muito pequena de seu produto global formado nos intercâmbios externos, de todo tipo, e ainda somos muito dependentes financeiramente do exterior, por causa de uma insuficiente poupança interna.

Temos ainda muitos outros fatores, estruturais, institucionais, políticos e sociais, como o baixo grau de educação formal da população, que afetam o nosso desempenho econômico e, portanto, a nossa competitividade internacional.

Tudo isso afeta nossa relação com o mundo, numa era em que as fronteiras se dissipam e as economias se confrontam diretamente.

No mundo globalizado, mais que as vantagens comparativas nos fatores de produção, o que conta – como observou pioneiramente Michael Porter – é a vantagem competitiva das nações na infra-estrutura básica de serviços e condições institucionais, que permitem um bom ambiente de negócios. No entanto, como os Estados não produzem dinheiro, só gastam, toda a fonte da competitividade depende, em primeira e última instâncias, das empresas e essencialmente dos empresários.

A competitividade não é apenas um indicador, um dado estático, um retrato de uma realidade determinada. Ela é, basicamente, um processo contínuo, dinâmico, de adaptações constantes ao meio ambiente de negócios, nos planos nacional, regional e crescentemente internacional.

Sendo dinâmico, esse processo é necessariamente desigual e assimétrico. Os países NÃO SÃO competitivos por mérito próprio, MAS eles podem ESTAR competitivos pela força das suas empresas que dependem, elas, das condições infra-estruturais e das regras institucionais dadas pelos Estados.

OS FATORES DE COMPETITIVIDADE:

Competitividade é um conceito dinâmico. O fato de um país alcançar elevado nível de competitividade em um determinado momento, não significa que continuará competitivo em momento subsequente. As vantagens competitivas são obtidas dentro de um processo de renovação e de inovação contínuo.

A competitividade, de forma simplificada, pode ser analisada do ângulo da empresa e do ponto de vista sistêmico.

Da perspectiva empresarial, que me dispense de examinar em profundidade nesta ocasião pelo fato de todos os presentes conhecerem o assunto muito melhor que eu, diz respeito aos métodos gerenciais, à reestruturação da companhia, ao aumento da produtividade, ao tamanho do negócio, ao apoio às fusões, à criação de empresas no exterior, entre outros aspectos.

Do ponto de vista sistêmico, tem de ver com as condições gerais da economia, como mercado de crédito, com o mercado de trabalho, com a infra-estrutura, com a inovação tecnológica e com as políticas industriais e de investimento.

Vou-me deter nessas questões, que são afetadas diretamente pela ação do setor público.

- 1) Em primeiro lugar, o desempenho econômico, como um todo, critério sob o qual são medidos alguns indicadores objetivos, como tamanho da economia (o que nos beneficia), a taxa de crescimento, o comércio internacional (em ambos, nós ficamos em posição irrelevante), os investimentos diretos estrangeiros (onde, a despeito da retração, conseguimos manter o segundo lugar dentre os emergentes, depois da China), bem como emprego e preços (com *mixed results* em ambos os critérios).
- 2) O custo Brasil, cuja redução depende basicamente somente de nós, é um dos maiores impedimentos ao aumento da competitividade. As dificuldades burocráticas, a estabilidade do marco regulatório, as sucessivas (e excessivas) mudanças nas regras, a corrupção, a lentidão da justiça, a alta carga tributária e dos encargos sociais, os entraves operacionais à exportação (especialmente nos portos e na alfândega) são alguns dos exemplos de uma longa lista de ineficiências que explicam a baixa posição do Brasil nos índices de competitividade.
- 3) A legislação envolvida na administração dos negócios é relativamente satisfatória, mas o excesso de regulação nos mercados laboral e financeiro pode prejudicar a competitividade das empresas. A lei da sociedade anônima, a lei de falência, a legislação que introduz o sistema arbitral, são exemplos de aperfeiçoamentos que devem ser estimulados. A eficiência das empresas também se vê afetada pelo baixo grau de educação formal da

população economicamente ativa, o que obriga muitas empresas a, elas próprias, investirem no treinamento e na capacitação de seus funcionários.

- 4) Como consequência da baixa qualificação técnica da população, a produtividade das empresas também deixa a desejar, muito embora a melhoria tenha sido sensível no decorrer da última década. O governo terá de investir pesadamente nessa área pelos próximos anos e décadas.
- 5) O setor bancário parece altamente moderno no Brasil e é relativamente eficiente, mas o mercado de capitais é insuficientemente desenvolvido, o que obriga as empresas a um maior grau de auto-financiamento. A escassez de crédito é um dos principais – senão o principal – problemas que as empresas privadas enfrentam.
- 6) Finalmente, do ponto de vista da infra-estrutura básica, o Brasil apresenta aspectos positivos e outros nitidamente negativos. Ainda que nossa comunidade científica seja altamente capacitada, ela mantém poucos contatos institucionais com a comunidade empresarial, que, por sua vez, investe pouco em P&D. A infra-estrutura tecnológica e a parte física (energia, comunicações, transportes) ainda deixam muito a desejar.
- 7) A revolução na tecnologia da informação coloca um desafio para a capacidade das empresas e do governo para avançar na inovação. O crescimento da economia norte-americana pode ser explicado, em grande parte, pelo extraordinário crescimento da produtividade, derivado da generalizada utilização da tecnologia da informação. A inovação, resultado de trabalho conjunto da empresa, institutos de pesquisa e universidades, em muitas áreas, como a da defesa, com significativo apoio financeiro do governo, transformou-se, na economia contemporânea, em um fator relevante para o aumento da competitividade.

DUAS PALAVRAS SOBRE INDÚSTRIA E COMPETITIVIDADE:

Política comercial e competitividade industrial:

Segundo o estudo efetuado por dois economistas do BID, Ernesto López-Córdova y Mauricio Mesquita Moreira (*Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico*; BID-INTAL, Woorling Paper 14, julho de 2003), o Brasil e o México apresentam experiências

diversas de aumento de produtividade, mas ambas confirmam o papel positivo desempenhado, não tanto pela integração em si, mas pelo processo de liberalização das importações (redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias) que a integração (Nafta e Mercosul) permitiu em cada caso. O México, que adotou uma postura mais agressiva em relação à abertura comercial no quadro do Nafta, parece ter tido mais retornos de produtividade nos vínculos com o setor exportador, enquanto no caso do Brasil os efeitos estiveram mais ligados à abertura não preferencial, ou foram em todo caso coincidentes com o processo de reforma tarifária da primeira metade dos anos 1990, que se confunde com a conformação da TEC do Mercosul.

Deve-se considerar também o papel mais relevante desempenhado pelo comércio exterior na formação do PIB mexicano, bem como a importância do mercado norte-americano para as exportações mexicanas. Por outro lado, o coeficiente de abertura externa do Brasil é menor, e as exportações brasileiras para o Mercosul são reduzidas, no contexto de seu comércio externo. O Mercosul constitui um mercado relativamente diminuto, quando comparado ao mercado norte-americano.

A conclusão é que, se o Brasil tivesse perseguido uma estratégia mais agressiva de integração (ou de liberalização comercial unilateral), os ganhos de produtividade seriam maiores, o que poderia eventualmente ser alcançado no quadro de uma Alca a ser negociada oportunamente.

Nem o Brasil, nem o México, contudo, lograram sustentar processos contínuos e de longo prazo de aumento da competitividade, como ocorreu em diversos países da Ásia. Fatores importantes para esse aumento sustentado, ademais do simples recurso à liberalização no quadro de processos de integração (ou liberalização unilateral), que provocam pressões para a inovação, parecem ser a manutenção de um ambiente macroeconômico estável, grandes investimentos em educação e em ciência e tecnologia e a existência de instituições favoráveis. Desse ponto de vista, tanto o Brasil como o México ainda têm muito a fazer.

Os exemplos constataantes da Ásia e da América Latina:

Outros estudos, por sua vez, como o Trade and Development Report 2003, da UNCTAD (*Capital Accumulation, Growth and Structural Change*), sugerem que os vínculos com o comércio internacional constituem um poderoso fator de mudança estrutural no setor industrial e, portanto, de aumento da competitividade geral da economia. Países como Coréia do Sul e Taiwan conseguiram alcançar um nível maduro de industrialização, em alguns

casos em níveis similares ou até superiores aos de economias avançadas. Já no caso do Brasil e da Argentina, por exemplo, dentre os mais industrializados na América Latina, o investimento industrial apresentou fraco desempenho, provavelmente devido ao fato da pequena exposição ao comércio internacional, o que por sua vez talvez explique o fato de suas estruturas de exportação continuarem dominadas por produtos tradicionais ou de menor valor agregado. Segundo o relatório da UNCTAD, essa diferenciação é devida ao “fracasso das reformas de políticas (econômicas) em criar as condições necessárias para iniciar um rápido processo de acumulação de capital e de mudança tecnológica de modo a reestruturar essas economias para responder aos desafios colocados pela rápida integração no sistema multilateral de comércio” (p. 123).

O BRASIL E A COMPETITIVIDADE MUNDIAL:

No Brasil, a realidade dos indicadores de competitividade é complexa e contraditória. Embora muitas empresas ostentem indicadores de competitividade iguais aos das melhores empresas do mundo globalizado, nosso posicionamento geral é muito pobre, incompatível com o dinamismo já alcançado pela economia capitalista no país.

De fato, medido pelo *World Competitiveness Report 2003* (IMD, da Suíça), a posição do Brasil não é muito brilhante quanto ao índice geral de competitividade: nós ficamos em 21º lugar entre as 30 maiores economias, atrás da Índia e da África do Sul (mas desta vez acima da Argentina, que despencou para o 29º, à frente apenas da Venezuela). Mas o Brasil também recuou, já que em 2002 ele ocupava o 15º lugar nessa escala (um resultado melhor do que em 1999, quando ele estava em 17º lugar).

O novo ranking do IMD compreende 60 economias, mas estas estão agora distribuídas em 50 economias nacionais (isto é, países) e 10 regiões, ambos os grupos divididos em duas categorias: mais de 20 milhões de habitantes e economias ou regiões menores.

Trata-se, obviamente, de uma nova dimensão na avaliação dos critérios de competitividade, legítima em seu mérito próprio, já que as pequenas economias devem ser avaliadas de forma diferente das grandes, visto que os fatores de competitividade são diferentes.

MAS – e esse é um aspecto importante e interessante para nós – se o Estado de São Paulo fosse um país independente, ele estaria em 13º lugar no índice geral. Com efeito, utilizando esse novo critério das 30 maiores economias com mais de 20 milhões de habitantes, o Estado de São Paulo se

colocaria em 13º lugar, logo após as dez economias mais competitivas (e avançadas) do mundo. Ainda assim, São Paulo é ultrapassado pela Malásia (4º lugar), pela Tailândia (10º) e pela China (12º) na escala de competitividade.

O Estado de São Paulo também apresenta desempenho satisfatório em termos de finanças públicas e “adaptabilidade das empresas”. Nessa última categoria, o Brasil sai-se bem melhor que no índice geral de competitividade, visto que o País alcança o 4º lugar, depois do próprio Estado de São Paulo, dos EUA e de Taiwan.

Não se pode dizer se São Paulo melhorou ou piorou em relação a 2002, uma vez que não houve aferição por região em 2002.

(Ver o *World Competitiveness Report 2003*: www02.imd.ch/wcy/ranking/)

O BRASIL E A SUA COMPETITIVIDADE:

No plano geral, o Brasil parece preparado para enfrentar os desafios da globalização, sobretudo do ponto de vista dos valores e receptividade aos fatores de mudança e de progresso, mas muito mais esforços serão necessários para trazer o País e sua população a níveis mais elevados de produtividade e de competitividade.

O Brasil realizou grandes avanços na última década, em termos de abertura e privatização de setores antes fechados à competição, da modernização geral da economia e, em parte, de liberalização comercial, mas ocorreram recuos na segunda metade dos anos 90, em grande parte explicáveis pela defasagem cambial e o déficit comercial.

Ocorreu, igualmente, uma nítida melhoria da qualidade da política macroeconômica, com a estabilização da economia, sobretudo na parte fiscal e tributária (embora às custas do contribuinte e das empresas) e um menor avanço nas políticas setoriais (notadamente a industrial, já que na área agrícola e mesmo tecnológica os progressos foram visíveis).

Por outro lado, não há como deixar de registrar os avanços insuficientes em termos de “custo Brasil” e de outros fatores microeconômicos incidindo na melhoria da competitividade das empresas (insuficiente redução do custo dos negócios para as empresas).

Dessa forma, a competitividade da economia brasileira apresentou algum avanço pela crescente importância do setor externo e pela manutenção dos estímulos vindos da câmara de competitividade e das câmaras setoriais.

Nesse contexto, quatro aspectos ainda devem ser lembrados:

Em primeiro lugar, a gradual perda de prioridade das preocupações com a melhoria da competitividade, observada nos últimos anos em decorrência da prioridade absoluta para a política econômica, do ressurgimento, em alguns setores, de demandas protecionistas e de dificuldades para reduzir o custo Brasil.

Segundo, a ilusão da taxa de câmbio, já que as desvalorizações produziram a ilusão passageira de um aumento artificial da competitividade.

Terceiro, a estratégia de integração regional. Com resultados muito positivos na primeira metade dos anos 90, à luz do aumento das exportações em um mercado ampliado e com a expansão externa das empresas brasileiras, a integração regional – especialmente no Mercosul – perdeu seu dinamismo e em alguns aspectos chegou mesmo a regredir. Com a negociação da ALCA e as dificuldades para retomar o dinamismo no Mercosul, o setor privado enfrenta o desafio da incerteza e do desconhecimento no tocante ao ambiente de negócios nos próximos anos.

Finalmente, no que se refere ao comércio exterior, em termos da competitividade, na última década, pode-se observar um processo contraditório: de um lado, um desenvolvimento industrial relativamente bem sucedido e, de outro, um desempenho exportador marcado pelo baixo dinamismo.

Apesar do crescimento das exportações (cerca de 25% em relação a 2002), o Brasil está perdendo participação relativa não apenas no mercado mundial (segundo relatório da OMC, em 2002, as exportações do Brasil representaram 0,9% do total mundial, com um crescimento de cerca de 4%), mas também no principal mercado comprador, os Estados Unidos: as exportações brasileiras representam menos de 1% do total das importações norte-americanas, que sobem a mais de US\$ 1,5 trilhões.

O desafio atual é o de aumentar a competitividade internacional da economia e da empresa brasileira e de ampliar, com as devidas cautelas, o coeficiente da abertura externa do setor industrial, nos dois sentidos, da exportação e da importação, de acordo com políticas que permitam uma efetiva parceria entre governo e setor privado, com regras claras de política industrial, de comércio exterior e tecnológica. O recente “Roteiro para a nova agenda de desenvolvimento econômico”, elaborado conjuntamente pelos Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento aponta nessa direção, embora as iniciativas setoriais ainda aguardem definições mais claras, que, se espera, possam estar contidas nas novas políticas para essas três áreas que estão por ser anunciadas pelo Governo.

O essencial é que a futura política industrial (sem fazer distinção entre mercado interno e mercado externo) esteja intimamente associada à política de desenvolvimento tecnológico e de promoção de comércio exterior.

O QUE FAZER

Quando o mundo faz a transição da era industrial para a era da informação, o Brasil – governo e setor privado – tem de trabalhar, partindo da premissa de que a vantagem competitiva vai depender mais das respostas ao desafio das mudanças e da inovação na área da tecnologia e da qualificação profissional dos trabalhadores que do baixo custo da mão de obra e da abundância dos recursos naturais.

Governo e setor privado, como parceiros, devem construir uma economia inovadora baseada em avanços tecnológicos; empresas que procuram fazer pesquisa e aplicar tecnologias avançadas, com potencial de crescimento, devem ser estimuladas, entre outras maneiras, ampliando seu acesso ao mercado de crédito; setor público e empresas devem contruir parcerias com centros de pesquisa e universidades, como as existentes em todos os principais países desenvolvidos.

Nosso sucesso vai depender da inovação produzida por companhias nacionais ou estrangeiras que façam pesquisa e desenvolvimento no Brasil, do avanço tecnológico, da marca e do desenho brasileiros para bens e serviços, da produção de novos bens com uma mão de obra continuamente reciclada para se adaptar às constantes mudanças nos novos processos e nas novas tecnologias. O Brasil tem empresas capazes de fazer isso. Muitas delas estão aqui presentes.

Essa percepção moderna e dinâmica torna hoje imperiosa a necessidade de definir uma robusta Agenda de Competitividade.

Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), divulgado em setembro passado, para focar apenas um aspecto, o trabalhador brasileiro, apesar de sua criatividade e dedicação, tem baixa produtividade. Em 2001, cada brasileiro empregado produziu, em média, US\$ 14.297. No mesmo ano, a produtividade de um operário norte-americano foi de US\$ 59.081, do Japão 41.420 e do Chile US\$ 28.406. A produtividade no Brasil, porém, cresceu na década: em 1990, o índice de produtividade era de 89,4 e em 2001, 96,4 (EUA:114,6 – 138,7 e Chile: 98,9 – 148,1). Além da produtividade menor, o trabalhador brasileiro trabalha menos horas: enquanto um operário nos EUA e no Japão cumpriram jornadas anuais de 1.847 e 1.810

horas, o brasileiro trabalhou em média 1.689 horas em 1999, bem atrás do mexicano (1.923 horas) e do chileno (1.902 horas).

Na área agrícola, segundo o mesmo relatório da OIT, a produtividade cresceu 70% entre 1990 e 2001, atingindo o índice de 215,7, o maior da América Latina. Apesar disso, o Brasil perde para os vizinhos quando a produtividade é medida em dólares: 4,822 contra US\$ 13.374 do Uruguai, para não mencionar a comparação com os EUA, onde um trabalhador agrícola produz nove vezes mais (US\$ 46.000) que o brasileiro.

Diante do crescente “gap”, nesses e em muitos outros setores, entre o Brasil e os países desenvolvidos, reduzindo nossa competitividade, aumentando nossas vulnerabilidades externas, só há uma alternativa ao setor produtivo nacional: crescer com competitividade. Com isso, as empresas nacionais estarão melhor habilitadas a competir no mercado interno com multinacionais estrangeiras e aumentar sua participação no mercado externo.

Em documento preparado pela CNI em 1999 – que continua muito atual –, resultado de estreita consulta com empresários (“A indústria no Brasil: uma Agenda para o Crescimento”) são feitas propostas concretas com o objetivo principal de aperfeiçoar instituições e instrumentos de política que afetam negativamente a competitividade da empresa nacional. Os elementos que compõem essa agenda procuram focalizar diretamente a redução do custo Brasil. São políticas horizontais que impactam todo o universo da economia e cuja superação é condição importante para a consolidação do crescimento da economia.

As reformas propostas no documento incluem a tributária, o financiamento, as relações de trabalho, a infra-estrutura, o meio ambiente e a regulamentação. A essas poderiam ser acrescentadas nova política industrial, tecnológica e de comércio exterior, na qual se explicita a parceria do governo com o setor privado, seja dada prioridade à capacitação e à escala produtiva e sejam focalizadas algumas áreas em especial, como bens de capital, software, semi condutores, fármacos e outros setores em que a empresa nacional possa ter vantagem competitiva.

OLHANDO PARA O FUTURO: DECÁLOGO DA COMPETITIVIDADE

Para concluir, resumindo, deixo como contribuição para o debate um decálogo que, caso seriamente considerado, terá influência direta para a melhoria da competitividade brasileira:

1. prioridade absoluta para a melhoria da educação em todos os níveis (inclusive técnica);
2. fomento e incorporação tecnológica; modernização da capacitação científica tecnológica (agrícola e industrial – biotecnologia) inovação; necessidade de traduzir excelência na ciência básica em sucesso de negócio;
3. redução do viés anti-exportador da economia (empresas e setor privado) certas regulamentações; contraposição mercado interno/externo;
4. política pró-ativa de captação de investimentos externos (prioridade definidas pela política industrial, redução do custo do investimento);
5. continuidade da reestruturação industrial e empresarial (capacitação gerencial, *outsourcing*, *inovação*, *expansão externa*) – qualidade e valor agregado, não somente redução dos custos e parceria com o setor público; trabalho produtivo em vez de trabalho barato;
6. ampliação da coordenação interna no comércio exterior (comando único: estratégia; standards; certificação; marca Brasil, condições fito-sanitárias; promoção comercial;
7. instituições legais e jurídicas – regulamentação;
8. reformas e simplificação da legislação (lei das sociedades anônimas, lei de falência);
9. estratégia de integração mundial, regional e bilateral;
10. visão de longo prazo: olhar para o futuro; criar *benchmarks* para o Brasil; competição; flexibilização; criatividade; o setor privado deve explorar a contribuição potencial que a evolução da ciência tecnologia e engenharia pode trazer para o êxito dos negócios.

ESTRATÉGIAS DE COMPETITIVIDADE

Rubens Antônio Barbosa
Embaixador do Brasil em Washington

- QUADRO GERAL
- OS FATORES DE COMPETITIVIDADE
- DUAS PALAVRAS SOBRE INDÚSTRIA E COMPETITIVIDADE:
 - *Política comercial e competitividade industrial*
 - *Os exemplos contrastantes da Ásia e da América Latina*
- *O BRASIL E A COMPETITIVIDADE MUNDIAL*
- *O BRASIL E A SUA COMPETITIVIDADE*
- *O QUE FAZER*
- *OLHANDO PARA O FUTURO: DECÁLOGO DA COMPETITIVIDADE*

OLHANDO PARA O FUTURO: DECÁLOGO DA COMPETITIVIDADE

- prioridade absoluta para a melhoria da educação em todos os níveis (inclusive técnica);
- fomento e incorporação tecnológica; modernização da capacitação científica tecnológica (agrícola e industrial – biotecnologia); inovação; necessidade de traduzir excelência na ciência básica em sucesso de negócio;
- redução do viés anti-exportador da economia (empresas e setor privado); certas regulamentações, contraposição mercado interno/externo;
- política pró-ativa de captação de investimentos externos (prioridades definidas pela política industrial, redução do custo do investimento);

OLHANDO PARA O FUTURO DECÁLOGO DA COMPETITIVIDADE

- continuidade da reestruturação industrial e empresarial (capacitação gerencial, *outsourcing*, *inovação*, *expansão externa*) – qualidade e valor agregado, não somente redução dos custos e parceria com o setor público; trabalho produtivo em vez de trabalho barato;
- ampliação da coordenação interna no comércio exterior (comando único: estratégia; standards; certificação; marca Brasil, condições fito-sanitárias; promoção comercial);
- instituições legais e jurídicas – marco regulatório;
- reformas e simplificação da legislação (lei das sociedades anônimas, lei de falência);

OLHANDO PARA O FUTURO DECÁLOGO DA COMPETITIVIDADE

- estratégia de integração mundial, regional e bilateral;
- visão de longo prazo: olhar para o futuro; criar *benchmarks* para o Brasil; competição; flexibilização; criatividade; o setor privado deve explorar a contribuição potencial que a evolução da ciência, tecnologia e engenharia podem trazer para o êxito dos negócios.